

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 51.624 - PI (2016/0196570-0)**

**RELATORA** : MINISTRA REGINA HELENA COSTA  
**RECORRENTE** : COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ S/A  
**ADVOGADOS** : DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE -  
PI007369A  
FELIPE DE FIGUERÊDO LIMA - PI007015  
ABINADABE PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) -  
PI011188  
**RECORRIDO** : FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO  
**ADVOGADO** : ANDRÉ RICARDO BISPO LIMA E OUTRO(S) -  
PI011802  
**RECORRIDO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto pela **COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ S/A**, com base no art. 105, II, *b*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, assim ementado (fls. 233/257e):

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONVERSÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RETIDO. MANDADO DE SEGURANÇA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE TERATOLOGIA OU RISCO DE DANO GRAVE DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA.**

*1 - Admite-se a impetração de Mandado de Segurança contra decisão judicial que converte agravo de instrumento em agravo retido.*

*2 - Para que seja concedida a segurança ao writ impetrado contra decisão monocrática que converte agravo de instrumento em retido, há que ser caracterizada a teratologia do ato judicial, bem como a demonstração de potencial dano irreparável ou de difícil reparação, o que não é o caso na espécie.*  
*Segurança denegada.*

Opostos embargos de declaração (fls. 261/267e), restaram rejeitados (fls. 313/319e).

Nas razões recursais, alega-se, em síntese, a necessidade de reforma do

julgado, a fim de que seja concedida a segurança e afastada a ilegal conversão, em retido, do agravo de instrumento interposto, porquanto o provimento jurisdicional atacado lhe causa dano irreparável ou, ao menos, de difícil reparação.

A Recorrente assevera, outrossim, que a ação civil pública foi movida pela Defensoria Pública do Estado do Piauí, para a defesa coletiva dos usuários de energia elétrica do Município de Regeneração/PI, contra a concessionária CEPISA, e que, naqueles autos, foi proferida decisão concedendo a liminar, a fim de que fossem adotadas todas as medidas necessárias para que o fornecimento de energia elétrica na cidade de Regeneração seja de boa qualidade, e não sofra as constantes quedas, interrupções e oscilações na prestação desse serviço, no prazo de 30 (trinta dias), sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (fls. 324/341e).

Com contrarrazões (fls. 351/360e), subiram os autos a esta Corte, admitido o recurso na origem (fl. 365e).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso ordinário (fls. 375/381e).

Instada a tanto (fl. 384e), a Recorrente informou que a ação originária está em trâmite, aguardando a análise da exceção de suspeição apresentada (fls. 388/395e).

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput* e § 1º-A, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou dar-lhe provimento quando o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, passo ao exame do recurso.

Verifico que o acórdão recorrido está em confronto com orientação desta Corte, firmada em precedente julgado sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil (Tema 136/STJ), segundo a qual é cabível a interposição de agravo de instrumento contra decisão de magistrado de primeira instância que indefere ou concede liminar em mandado de segurança.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO CONCESSIVA OU DENEGATÓRIA DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. CABIMENTO.**

1. O agravo é o recurso cabível contra a decisão que defere ou indefere liminar em Mandado de Segurança, a teor dos arts. 527, II, e 588, do CPC, com a novel redação dada pela Lei 9.139/95. Precedentes do STJ: REsp 776.667/SE, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 26/04/2007; AgRg no Ag 837.628/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ de 21.05.2007; REsp 829.938/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ de 25.08.2006; e REsp 743.154/AL, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 27.06.2005.

2. A supressão de recurso tendente a modificar o provimento liminar, em sede de writ, viola os princípios constitucionais processuais da ampla defesa e do *due process of law*.

3. É que subtrair a possibilidade de interpor Agravo de Instrumento contra a decisão, que concede ou denega a liminar em mandado de segurança, ressoa incompatível com os cânones da ampla defesa e do devido processo legal de previsão jusconstitucional.

4. Dessarte, considerando que o agravo é instrumento recursal que desafia qualquer decisão interlocutória, independentemente do rito inerente à ação, correta se mostra a sua utilização contra a decisão concessiva ou denegatória de liminar em mandado de segurança.

(...)

9. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008

(REsp 1101740/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 04/11/2009, DJe 07/12/2009).

Importante ressaltar a aplicabilidade de tal entendimento firmado em sede de recurso especial repetitivo, porquanto, embora o Agravo de Instrumento n. 2010.0001.001409-0 não tenha sido interposto contra decisão apreciando o pedido de liminar em mandado de segurança, a decisão prolatada na Ação Civil Pública n. 378/2009, pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Regeneração/PI, possui a mesma qualidade da situação analisada no precedente citado, tendo sido vazada nos seguintes termos (fls. 88/89e):

(...)

*Assim, ante a documentação acostada e em virtude de serem públicos e notórios os fatos alegados, hei por bem conceder a liminar. nos sentido*

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

*de que a requerida tome todas as medidas necessárias para que o fornecimento de energia elétrica na cidade de Regeneração seja de boa qualidade, e não sofra as constantes quedas, interrupções e oscilações na prestação desse serviço, no prazo de trinta dias, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A requerida deverá comprovar a solução do problema com a. apresentação de laudo de auditores independentes, podendo este Juízo nomear perito para comprovar a solução dos problemas, às expensas do requerido.*

*DECIDO ainda determinar:*

*Abertura imediata de uma conta no Banco do Brasil, agência local, à ordem, deste Juízo, onde os consumidores, pessoas jurídicas ou físicas, poderão efetuar o pagamento de suas tarifas da CEPISA, ficando o dinheiro bloqueado até ulterior deliberação da Justiça. ou solução dos problemas na prestação do serviço de energia elétrica. Notifique-se o gerente da agência local do banco.*

*(...)*

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput* e § 1º-A, do Código de Processo Civil, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, para reconhecer a ilegalidade da conversão em retido do Agravo de Instrumento n. 2010.0001.001409-0, interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora